



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640034 - SP (2021/0012686-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : GEISA APARECIDA CILIAO CRIPPA
ADVOGADO : GEISA APARECIDA CILIÃO CRIPPA - SP287846
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MATEUS HENRIQUE CAETANO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATEUS HENRIQUE CAETANO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 1500342-59.2019.8.26.0619).

O paciente, no Juízo da Terceira Vara de Taquaritinga/SP, foi condenado a 1 ano e 8 meses de reclusão, no regime inicial aberto, por prática descrita no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Foi provida a apelação do Ministério Público para afastar a causa especial de diminuição, fixando a pena final em 5 anos de reclusão, no regime inicial fechado. Há trânsito em julgado.

O impetrante sustenta que há constrangimento ilegal, porquanto todas as circunstâncias judiciais são favoráveis, tanto que a pena-base ficou no mínimo legal.

Salienta que o regime mais gravoso viola as Súmulas 718 e 719 ambas do STF e a Súmula 440 do STJ.

Requer, liminarmente e no mérito, o restabelecimento da pena, do regime e da substituição da privativa de liberdade fixados na sentença.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois foi reconhecido no acórdão, já com trânsito em julgado, que o paciente se dedica a atividade criminosa, notadamente pela quantidade de maconha apreendida (quase um quilo), balança de precisão, plástico para invólucro e pelas denúncias de várias pessoas de que seria traficante contumaz.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência